



Coleção
MINEIRIANA

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

50 ANOS DE HISTÓRIA E MEMÓRIA:

*trajetórias de trabalho, projetos e contribuições para o
desenvolvimento de Minas Gerais*

Aparecida Maciel da Silva Shikida
(Organizadora)

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro
2022

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador

Romeu Zema Neto

Vice-governador

Paulo Eduardo Rocha Brant

Secretário de Estado de Planejamento e

Gestão (Seplag)

Otto Alexandre Levy Reis (janeiro de 2019 a
abril de 2021)

Alameda das Acácias, 70 – São Luiz

31.275-150 – Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 3448-9400

Home page: <http://www.fjp.mg.gov.br>

Fundação João Pinheiro – FJP

Presidente

Helger Marra Lopes

Vice-presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Todos os direitos reservados. Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita da Fundação João Pinheiro.

F981 Fundação João Pinheiro – 50 anos de história e memória [recurso eletrônico] : trajetórias de trabalho, projetos e contribuições para o desenvolvimento de Minas Gerais / organizado por Aparecida Maciel da Silva Shikida. – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022.
529 p. : il. (Coleção Mineiriana).
Formato: PDF

ISBN 978-65-88757-06-2 [recurso eletrônico]

1. Fundação João Pinheiro – História. I. Shikida, Aparecida Maciel da Silva.

CDU 061.61 FJP

A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Marina Alves Amorim¹

Letícia Godinho²

Introdução

O capítulo aborda a construção de um sistema de planejamento em Minas Gerais, na década de 1960, e busca reconstruir os passos para a criação da Fundação João Pinheiro (FJP), uma das instituições que o compunha, sob o pano de fundo da discussão política e econômica que marca essa década. O objetivo é situar e narrar historicamente a criação de uma instituição pública, a FJP, que ora comemora 50 anos.

Ao discutirem a trajetória de formação da ideia e da prática do planejamento em Minas Gerais, Cintra e Haddad (1978) distinguem três períodos: o primeiro período, cujo marco é o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, de 1947, indica o início do moderno planejamento no estado; o segundo, de adoção de um planejamento centralizado, baseado em um estudo

1 Pesquisadora da FJP. Doutora em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em letras pela Université Rennes 2/ Université d'Haute Bretagne (UHB) – França.

2 Pesquisadora da FJP. Doutora em ciência política pela UFMG.

pormenorizado da economia mineira, o Diagnóstico da Economia Mineira, de 1968; e o terceiro, considerado “ponto crítico” da experiência de planejamento de Minas Gerais, do qual a referência é a Reforma Administrativa de 1971 e o Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES) do mesmo ano. A criação da FJP, em 1969, ocorre, portanto, nesse percurso de consolidação do “mecanismo central do planejamento” em Minas Gerais.

Não obstante, uma parte da literatura enfatiza que o tema do planejamento, entendido como desenvolvimento politicamente orientado, ocupa lugar de destaque na história político-econômica de Minas Gerais desde décadas anteriores. De forma precoce, emerge e consolida-se, ao longo do período que se estende de 1903 a 1969, uma racionalidade técnico-política que dá ensejo a variados projetos, a programas e a instituições de planejamento estatal. Logo, a década de 1960 dá continuidade a essa já longa tradição de presença do Estado na orientação das atividades socioeconômicas em Minas Gerais, que acaba por produzir, ao final dos anos 1960, uma rede expressiva de instituições de pesquisa e de planejamento.

Em 1966, o governador é Israel Pinheiro da Silva (Partido Social Democrático - PSD), que sucedeu a José de Magalhães Pinto à frente do Governo de Minas Gerais. Ele permaneceu como governador do Estado até 1971. Tratava-se de um colaborador do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) e do primeiro prefeito de Brasília. O Ato Institucional nº 1 (AI-1), decretado pelo regime militar em 1964, não modificara o calendário das eleições estaduais e mantivera as eleições diretas para governador, ainda que com veto da chamada “linha dura” das Forças Armadas a algumas candidaturas. Contudo, a vitória de opositores em lugares importantes, como é o caso de Minas Gerais, alarmou os militares e serviu como prova de que estariam sendo condescendentes com seus opositores. Desse fato, se originam o Ato Institucional nº 2 (AI-2) e o Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 1965 e 1966, respectivamente, sendo que o último estabeleceu a eleição indireta nos estados (FAUSTO, 2010).

Portanto, em Minas Gerais, por volta de 1969, ano de criação da FJP, há ora alinhamento, ora não alinhamento entre a gestão estadual e a gestão federal. Resta saber como esse contexto afeta a trajetória de construção do sistema de planejamento em Minas Gerais e a consolidação da ideia de planejamento no contexto nacional.

1 A política econômica e o planejamento governamental na década de 1960

No início dos anos 1960 e, posteriormente, com a chegada de Antônio Delfim Netto (1928-) e de Hélio Marcos Penna Beltrão (1916-1997) ao Ministério da Fazenda e do Planejamento, pelas mãos do General Arthur da Costa e Silva, em 1967, procurou-se promover um desenvolvimento capitalista associado, sem aplicar uma receita puramente liberal, na medida em que o Estado intervinha em uma área extensa e muitos setores da indústria, dos serviços e da agricultura se beneficiaram disso. Uma parte das reformas propostas pelo Plano Trienal, do regime anterior, seria retomada no Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg). Entretanto, o que se fez, com ele e em seguida, foi proporcionar um crescimento no país, aproveitando-se de um contexto econômico favorável, porém, concentrando riqueza. Isso porque o ideário que inspirou o Paeg refutava a necessidade das chamadas “reformas de base”.

Tais projetos eram expressão da disputa que marcou a década de 1960, entre dois grandes projetos de desenvolvimento econômico e social para o Brasil. De um lado, estavam os economistas estruturalistas ou cepalinos³, entre os quais se destacavam Celso Furtado (1920-2004), Maria da Conceição Tavares (1930-), Francisco de Oliveira – Chico de Oliveira (1933-2019) e Paul Singer (1932-2018), entre outros, que defendiam a implantação de um modelo autossustentado de crescimento, voltado para a produção e consumo interno. Para tanto, o Estado precisaria investir, compensando o impulso gerado pela substituição das importações, além disso, ampliar e diversificar a demanda

³ O nome faz alusão à ligação desses economistas com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão das Organizações das Nações Unidas (ONU), criado em 1949.

interna, por meio da realização de reformas de base, que incluíam a reforma agrária, bem como outros mecanismos redistributivos.

De outro lado, economistas liberais, entre os quais se destacaram Eugênio Gudin (1886-1986) e Octávio Gouveia de Bulhões (1906-1990), defendiam um modelo econômico centrado no mercado, portanto mais ortodoxo. Nessa perspectiva, caberia ao Estado apenas garantir estabilidade monetária e um modelo de tributação que incentivasse os investimentos privados. Dessa forma, o crescimento viria como o resultado da ação da iniciativa privada sob condições econômicas favoráveis (PRADO; EARP, 2003).

Octávio Gouvêa de Bulhões, então Ministro da Fazenda no governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, juntamente com o Ministro do Planejamento, Roberto de Oliveira Campos (1917-2001), desenharam o Paeg, lançado em 1964. Assim, juntamente com os militares, era outra escola econômica que chegava ao poder no Brasil (FAUSTO, 2010).

Em meio a essa disputa, em Minas Gerais, em 1962, foi criado o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), instituição que daria origem à FJP, poucos anos mais tarde, a partir de um desmembramento do seu Departamento de Estudos e Projetos (DEP). No Estado, o debate nacional em torno da questão do desenvolvimento, viveu tendo como epicentro o banco, que nunca se limitou a somente financiar projetos e programas. Funcionou também como um centro de pensamento, indutor de instituições e formulador de políticas públicas (PAULA, 2016). O BDMG se manteve próximo das grandes linhas do pensamento desenvolvimentista, sendo que o desenvolvimento reformista era a base das concepções do DEP. Prova disso é o Diagnóstico da Economia Mineira, elaborado pelo DEP e lançado pelo banco em 1969 (PAULA, 2016). Além disso, muitos economistas do BDMG eram, nesse momento, também professores da Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que tinha uma longa história de colaboração e compartilhamento com o pensamento cepalino e desenvolvimentista.

Após o advento do Diagnóstico da Economia Mineira, ocorreu um rompimento de orientações em Minas Gerais, o que levaria à constituição de um grupo preocupado com o crescimento da economia mineira, sobretudo a partir da industrialização, e de outro concentrado na resolução dos problemas mineiros de forma mais ampla, o que incluía tanto os problemas econômicos quanto os sociais (PAULA, 2016).

2 O sistema de planejamento governamental em Minas Gerais na década de 1960

Na década de 1960, Minas Gerais já possuía um arcabouço institucional relativamente avançado e mobilizado para o planejamento governamental. Em 1961, foi criada a Coordenação Geral dos Assuntos do Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, que teve curta existência. No mesmo ano, foi criado o Conselho do Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (Codemig) e, em 1962, como mencionado na seção 1, foi criado o BDMG, de onde nasce a FJP, sete anos depois.

A proposta de criação original do BDMG foi de um deputado da oposição que fez aprovar projeto de lei na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), criando mais uma sociedade de capital misto a ser administrada pelo Estado, sociedade essa responsável pelo fomento econômico exclusivamente ao setor agropecuário. Por meio de vetos governamentais, o Poder Executivo adaptou o projeto, transformando a instituição em uma autarquia e o Banco de Desenvolvimento Agropecuário em Banco de Desenvolvimento (GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2009).

O debate era animado pela elite técnica regional (principalmente via suas associações profissionais) e pelas entidades representativas dos setores produtivos mineiros. Entretanto, de acordo com muitos intérpretes, os esforços orientados ao planejamento eram, em grande medida e nessa conjuntura, alimentados pela existência da Face/UFMG. De fato, devido a sua aproximação estreita com instituições como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), o Instituto

Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Cepal, a Face/UFMG acabou, em muitos momentos, por protagonizar o debate sobre o desenvolvimento e o planejamento governamental no Brasil (PAULA, 2016).

A atuação do BDMG foi decisiva, juntamente com as iniciativas para a consolidação do sistema de planejamento em Minas Gerais nos anos seguintes. Em 1965, foi criada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico. Já em 1966, ela elaborou a proposta de constituição de um Sistema Estadual de Planejamento. O Conselho Estadual de Planejamento estaria encarregado de estabelecer as diretrizes básicas da política de planejamento do estado, enquanto o Gabinete de Planejamento, Coordenação e Controle cuidaria dos aspectos técnicos do planejamento.

Ainda em 1966, o Governo mineiro buscou implementar uma reforma, visando à modernização da administração estadual. Objetivava-se: melhorar a qualidade dos serviços públicos; prover melhores condições ao corpo técnico; racionalizar o trabalho da administração, procurando instituir ferramentas para a análise dos fatos administrativos e suas implicações econômicas e sociais; promover a elaboração de planos e a tomada de decisões fundamentadas em dados científicos.

O principal resultado desse movimento foi a criação do Centro de Processamento de Dados (Cepro), em 1967. Sua administração era conduzida pelo Escritório Técnico de Racionalização Administrativa (Etra) que, em 1968, foi transformado em fundação. O Cepro tinha como objetivos: realizar estudos, pesquisas e divulgação técnica; planejar e assistir a implantação da reforma administrativa e executar o serviço de processamento de dados e tratamento de informações; entre outros. Em 1972, a Etra seria transformada em Companhia de Processamento de Dados de Minas Gerais (Prodemge). A Etra, o Conselho Estadual de Desenvolvimento e o BDMG eram, assim, os principais centros consolidadores do sistema de planejamento do Estado (PAULA, 2016).

Da grande interdependência entre o BDMG e a Face/UFMG, nasce também o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG, em 1967. Em um movimento paralelo,

é criada outra instituição com grande impacto, o Instituto para o Desenvolvimento Industrial (Indi), cuja criação, em 1968, foi impulsionada pela Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig). A escassez de energia do início dos anos 1950 não permitiria induzir novos investimentos, o que foi suplantado com a criação da Cemig. Diante da nova situação energética, eram necessárias ações mais profundas para atrair novos investidores, motivando, então, a criação do Indi (CINTRA; HADDAD, 1978).

Data de 1969 o Diagnóstico da Economia Mineira, publicado pelo BDMG. Segundo Godoy, Barbosa e Barbosa (2009), o diagnóstico havia sido produzido em função do contexto de diminuição da autonomia dos estados para definir os rumos de suas políticas. Ele expressa a estratégia do Governo estadual de mobilizar a autoridade tecnocrática para sensibilizar o Governo federal, como revela a mensagem do governador Israel Pinheiro da Silva ao presidente da República, que precedeu a divulgação do diagnóstico:

Essa obra pretende afirmar-se como instrumento por meio do qual o Governo da União, conhecendo a realidade do Estado, possa decidir da validade das sugestões que se apresentam a Vossa Excelência. À medida que as sugestões sejam coerentes com as indicações que nasceram de estudo a tal nível técnico, representarão providências que permitam a Minas Gerais vencer obstáculos e retomar o desenvolvimento. Estou convencido de que Vossa Excelência, ao examinar nossos problemas, convencer-se-á de que Minas Gerais, fiel aos seus destinos, há de vencer o atraso relativo em que se encontra, contando com a indispensável ação do Governo Federal (PINHEIRO, 1967 *apud* GODOY *et al*, 2009, p. 13).

O objetivo do documento era possibilitar a compreensão das especificidades da evolução econômica do estado por meio de um estudo inaugural e de grande envergadura que servisse de suporte a uma intervenção planejada e orientada politicamente, voltada a restabelecer o equilíbrio da economia mineira. Com abrangência e profundidade temática e espacial, explicitavam-se, no documento, as disfunções de uma economia regional subdesenvolvida: sua condição de exploração secular – primeiro na mineração, depois no fornecimento de minério e produtos primários para os polos industriais, e, por fim, na exportação de insumos industrializados e de energia elétrica para

a industrialização de São Paulo. Isso se traduzia em baixo grau de urbanização, em predomínio das atividades agropecuárias, em grandes diferenças de produtividade e em níveis reduzidos de atendimento à saúde e de escolarização (GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2009).

As premissas fundamentais para a elaboração do diagnóstico já estavam presentes em documentos anteriores, como os relatórios do Congresso Agrícola, o Plano de Recuperação Econômica e o Plano de Eletrificação, o que revela uma certa linha de continuidade na consolidação do planejamento em Minas Gerais: a consciência do atraso relativo; a matriz desenvolvimentista; o papel do Estado; a importância do planejamento e o subdesenvolvimento como problema a ser superado por meio de intervenção política. Somando-se a isso, os temas levantados foram além de uma observação geral da economia, visto que abordavam o papel do empresariado, as características da sociedade e a estrutura institucional e política (GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2009).

O trabalho teve grande impacto e significado para o BDMG, seja pela repercussão que obteve, seja pelo perfil dos técnicos que se dedicaram à sua produção. O documento fortaleceu tanto o DEP quanto a própria tecnocracia mineira, em detrimento da elite política (DINIZ, 2018; CINTRA HADDAD, 1978).

3 A criação da Fundação João Pinheiro

A Lei Estadual nº 5 599, de 12 de dezembro de 1969, autorizou a criação da FJP, uma “[...] fundação destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica e social” (MINAS GERAIS, 1969). No momento da sua criação, a sua finalidade era promover o desenvolvimento do estado por intermédio da contribuição “[...] para a realização dos objetivos do Conselho Estadual de Desenvolvimento, podendo ainda cooperar com o setor privado no que se relacione a tais objetivos” (MINAS GERAIS, 1969). À FJP, competia, sobretudo: (1) a prestação de serviços relacionados com a transferência, com a adaptação, com o aperfeiçoamento, com a criação

ou a aplicação de técnicas nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica e social; (2) o apoio a órgãos e entidades que operavam nos seus campos de atuação; (3) o aperfeiçoamento de profissionais nas diversas técnicas que fossem objeto da sua atividade (MINAS GERAIS, 1969). As áreas de atuação da FJP eram as seguintes:

I. planejamento do desenvolvimento estadual, envolvendo estudo, pesquisa e programação econômico-social, inclusive estudo de oportunidade; II. estudo, pesquisa, divulgação e aplicação de métodos e técnicas de organização racional do trabalho e processamento de dados por sistemas mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos; III. execução de serviços de geografia e estatística; IV. execução de projetos de pesquisa e prestação de serviços no campo da tecnologia social básica; V. ensino, por meio de cursos afins com as [suas] atividades (CINTRA *apud* PAULA, 2016, p. 1081).

Tendo em vista a obtenção de autorização para a instituição da FJP, quem encaminhou o projeto de lei para a ALMG foi o BDMG, o Conselho Estadual de Desenvolvimento e o Etra. Trata-se de um resultado concreto de um estudo realizado pelo BDMG, intitulado Análise do Setor Público em Minas Gerais (PAULA, 2016).

Por um lado, a FJP veio garantir que o BDMG pudesse se dedicar a sua vocação, que é a de ser um banco de desenvolvimento, até mesmo porque os custos de ir além eram crescentes e pressionavam a sua situação financeira. Por outro lado, garantir que, tendo o BDMG tomado esse caminho, uma instituição assumisse as atividades de planejamento que ele vinha desempenhando. A origem da FJP, portanto, é o DEP/BDMG. Ao ser fundada, ela absorveu parte da equipe do banco, principalmente desse departamento (PAULA, 2016).

Trata-se de um passo importante na construção de um sistema de planejamento em Minas Gerais, cujos antecedentes se enraízam nas teses e iniciativas de João Pinheiro da Silva (1860-1908). Governador de Minas Gerais entre 1890 e 1908, sua gestão se caracterizou por uma perspectiva abrangente e modernizadora. João Pinheiro buscou a diversificação do sistema produtivo, sem descuidar do café e do aprimoramento da qualidade da produção por intermédio da modernização

tecnológica. Além disso, tentou fomentar o desenvolvimento de cooperativas de produção, por meio do auxílio direto dos poderes públicos, entre eles os bancos, e promover a educação pública em diferentes níveis para desenvolver a inserção de mão de obra qualificada no processo econômico no médio e no longo prazo (DULCI, 1999).

Ainda no início do século XX, portanto, são as teses e iniciativas desse republicano positivista que imprimem a percepção precoce acerca da presença necessária e indispensável do Estado, das políticas públicas e do planejamento governamental para o desenvolvimento da sociedade. As referências fundadoras da FJP se assentam nessa tradição longa e sem paralelos da atuação estatal que se traduziu em uma rede notável de instituições de pesquisa, de planejamento e de governo.

Nesse mesmo sentido, Godoy, Barbosa e Barbosa (2009) ressaltam a linha condutora: a perspectiva do planejamento econômico, que emerge no princípio do século XX e se estrutura com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, de 1947, e a consolidação de um conjunto de instituições que expressam a racionalização da administração pública e a influência do estilo de gestão das empresas de capital misto mineiras. Ainda que tensionada pelo contexto implacável da década de 1960, quando estiveram em disputa projetos decisivos sobre os sentidos e os compromissos do processo de desenvolvimento nacional e estadual, essa visão se evidencia novamente nas instituições criadas para apoiar o planejamento governamental, significando verdadeira mudança de patamar na história de Minas Gerais (PAULA, 2016). Tal percurso será fundamental para a consolidação do planejamento governamental em Minas Gerais, na virada da década de 1970, com a reforma administrativa e a formulação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES).

Nesse movimento, destaca-se o desenvolvimento de um corpo técnico que emerge, ganha complexidade e se expressa ativamente na esfera pública. Esse é um percurso que denota justamente as interconexões entre academia e administração pública, razão técnica e razão política. Por isso, para Furtado:

É necessário manter estreitamente unidos a ação técnica e o comando político [...] a ação do técnico não tem sentido de se exercer isoladamente [das articulações político partidárias]. Em outras palavras: a ação do técnico, em nossa geração, tem necessariamente uma dimensão social (FURTADO, 1962 *apud* DALAND, 2011, p. 456).



Cerimônia de instalação da Fundação João Pinheiro, presidida pelo governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, e ministros de Estado. Vê-se Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, primeiro presidente da FJP, entre outros

Fonte: RI-FJP/MG

O governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro da Silva, ladeado pelos ministros Antônio Delfim Neto, da Fazenda, e Reis Veloso, do Planejamento, por ocasião da instalação da Fundação João Pinheiro (FJP)

Fonte: RI-FJP/MG



3.1 Com a palavra, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, um ator central⁴

Em 1965, Israel Pinheiro da Silva foi eleito governador de Minas Gerais. Ele tomou posse em 1966 e permaneceu no cargo até 1971. “Eu cheguei em Belo Horizonte em agosto de 1966, vindo de Brasília, onde dirigia o Jornal Correio Braziliense. Em janeiro de 1967, eu assumi a Presidência do BDMG.”

⁴ Foi presidente da FJP entre 1970 e 1971 e entre 1985 e 1988.

Quando eu já estava no Estado, trabalhando como Assessor de Fiscalização e Controle do Governo, e soube que eu iria para o banco, chamei uma pessoa e outra da casa para conversar. Nessas conversas, eu entendi que o BDMG era dividido em dois, o pessoal dos estudos e do planejamento e o pessoal do chamado setor bancário. Quando falo do pessoal dos estudos e do planejamento, eu estou me referindo ao DEP. A Fundação João Pinheiro surgiu a partir do DEP, na minha gestão à frente do BDMG.

Silviano Cançado de Azevedo⁵ era, então, o diretor encarregado de toda a área de operação do banco, e Fernando Antônio Roquette Reis⁶ dirigia o DEP. Na época, o banco não tinha dinheiro, mas fazia estudos espetaculares. Eu cheguei querendo saber como estava a situação do BDMG, e os diretores me mandaram os relatórios. O relatório do Paulo Valadares⁷, o do setor financeiro, era o que mais me preocupava. Mas o segundo relatório sobre o qual me debrucei, o do Fernando Reis, era muito importante. Fernando trouxe 30 estudos encaminhados e parados, inclusive um que me chamou muita atenção, chamado *Diagnóstico da Economia Mineira*. Descobri que esse diagnóstico era uma iniciativa local, ideia do próprio Fernando, junto com José Vianna de Assis e Paulo Camillo de Oliveira Penna.

O *Diagnóstico da Economia Mineira* era geral, setorial e regional. Então, nele, o estado estava dividido regionalmente e com os seus segmentos econômicos. A equipe do banco era de primeira linha! Eu cheguei à conclusão de que nós dispúnhamos de uma equipe que era melhor do que a do BNDE. Quem era da equipe? Por exemplo, o Álvaro Fortes Santiago⁸. O Álvaro era um espetáculo! Uma pena que ele morreu cedo... Tinha o Fernando Reis, que eu já mencionei, o Élcio Costa Couto⁹, o Marneu Ferreira Starling¹⁰, o Oto Jacob. Fazia parte da equipe também o Teodoro Alves Lamounier¹¹, que até morreu

5 Trabalhava no BDMG, participou do Conselho Curador da FJP.

6 Também foi professor da Face/UFMG, tendo feito parte do núcleo de fundadores do Cedeplar.

7 Chegou a ser, posteriormente, presidente da FJP entre março e setembro de 1971.

8 Professor da Face/UFMG, também atuou no BDMG e na FJP.

9 Professor da Face/UFMG, fez parte do núcleo de fundadores do Cedeplar.

10 Professor da Face/UFMG, também atuou no BDMG e na FJP.

11 Sociólogo, foi diretor do Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) da FJP.

recentemente. Esse foi o único que eu nomeei. E o Abílio Santos. Depois ele saiu do BDMG e foi ser presidente do Indi, a agência de promoção de investimento e comércio exterior de Minas Gerais. Esses são apenas alguns nomes.

O pessoal do banco, no entanto, tinha salário baixo, trabalhava meio expediente. Todo mundo era também professor. O BDMG funcionava naquele prédio da Avenida Carandaí, em quatro andares de um edifício, sendo que um alugado, ou seja, o espaço era apertado. E esse endereço já era melhor do que o anterior, dois andares emprestados na Praça Sete. À frente da casa, uma das primeiras coisas que eu fiz foi justamente comprar o imóvel da Avenida Carandaí.

Eu aumentei o salário do pessoal do banco. Além disso, eu disse que, todo quadrimestre, se o balancete desse positivo, uma parte seria dividida entre os funcionários. Mas eu exigi, em troca, a jornada em tempo integral.

Acontece que o custo de finalização do *Diagnóstico da Economia Mineira*, que ficou pronto em 1968 e saiu em 1969, terminou me impedindo de pagar o quadrimestre aos funcionários que eu tinha prometido, embora o resultado do balancete fosse positivo. Aí, foi uma briga interna: todo mundo contra o DEP, que era o responsável pelo diagnóstico. As pessoas estavam contando com esse dinheiro, e ele não veio, pois ele terminou custeando o fechamento do diagnóstico. Houve uma reação monstruosa! Foi uma guerra! O problema não era o setor bancário, pois o banco estava bem: a aplicação estava grande no banco; havia dinheiro e grande parte dele, em torno de 60% ou 70%, não era de repasse, ou seja, era recurso próprio. O BDMG já era o segundo maior banco de desenvolvimento do país, na época, perdia apenas para o BNDE. Então concluiu-se que o problema era o DEP.

– O que eu vou fazer? – essa era a pergunta que eu me colocava como gestor. Simplesmente, não dava para eles conviverem mais no banco. Eu senti que não dava. Muito bem, foi quando eu resolvi criar outra instituição. Pensei: – Antes de deixar o BDMG, eu vou criar uma fundação. Vou tirar, assim, o DEP todinho do banco, vou aproveitar essa gente, porque não tem igual no Brasil inteiro, e colocar essa gente para fazer pesquisas para o Estado, nas áreas econômica, administrativa e tecnológica, em uma instituição à parte. Os três temas nasceram do meu pensamento de base

econômica. Quais são os segmentos da economia? São esses três.

Para convencer o governador, o Israel Pinheiro, pensei:

– Sabe como que se resolve esse problema? Basta colocar o nome de João Pinheiro. Isso porque João Pinheiro era o pai de Israel Pinheiro, e ele era maluco pelo pai.

Uma noite, jantamos no Palácio das Mangabeiras. Estava eu, Gigi¹², minha esposa e filha do governador, dona Coracy¹³ e João Virgílio¹⁴, meu cunhado. Eu me lembro que estávamos tomando sopa e eu disse assim:

– Doutor Israel, eu vou criar uma fundação.

Ele indagou:

– Como?

Eu completei:

- E o nome vai ser Fundação João Pinheiro.

Ele respondeu:

– Então tem que ser grande!

Aí, eu criei a Fundação João Pinheiro. Alugamos um prédio na Avenida João Pinheiro, o edifício João Pinheiro, para sediá-la. O que eu quero dizer, portanto, é que a Fundação nasceu de uma briga interna do banco, que precisava ser resolvida. A única coisa a ser feita era apartar os dois grupos, dar a cada um o seu espaço, pois os dois eram necessários para o Estado. Eu dei uma casa própria para o pessoal do DEP. Essa é a verdade. Não tem nada de estudo por trás, não tem nada disso. A Fundação nasceu de um desses rompantes que a gente tem. Se eu não tivesse tido, talvez, não se fizesse. E, naquele momento, eu tinha poder para fazer acontecer, o que também é fundamental num processo desses. Mas deixo registrado que eu fiz tudo isso pelo interesse comum, ou seja, joguei com o que eu tinha em mãos para realizar para o Estado.

12 Trata-se de Maria Regina Pinheiro Diniz Pereira, uma das filhas de Israel Pinheiro e Coracy Pinheiro, esposa de Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz.

13 Trata-se de Coracy Uchôa Pinheiro, esposa de Israel Pinheiro.

14 Trata-se de João Virgílio Pinheiro, um dos nove filhos de Israel Pinheiro e Coracy Pinheiro.

Agora, é verdade, a Fundação também é o resultado de uma das conclusões dos próprios estudos do DEP: faltava essa instituição em Minas Gerais. Esses estudos tocaram fundo em mim. Eles foram muito importantes, do meu ponto de vista¹⁵ (DINIZ, 2018).

Referências

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Diagnóstico da Economia Mineira**. Belo Horizonte: BDMG, 1968. 6 v.

BASTIAN, Eduardo F. O Paeg e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 139-166, jan./mar. 2013.

CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto. **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DALAND, Robert. A atitude de Goulart com o planejamento. *In*: FURTADO, C. **O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

DINIZ, Clélio Campolina. Minas Gerais e a economia nacional. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 205-221, jul./dez. 2018.

DINIZ, Hindemburgo Chateaubriand Pereira. Belo Horizonte, 04 jul. 2018. Entrevista concedida a Aparecida Maciel da Silva Shikida e Bernardo Novaes da Mata Machado.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 13. ed. 2. reimp. São Paulo: Edusp, 2010.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. **Da arte de conhecer as doenças: o diagnóstico da economia mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. (Texto para discussão,

¹⁵ O texto que compõe o subitem é resultado da transcrição de parte da entrevista de Hindemburgo Diniz (DINIZ, 2018) pelas autoras do capítulo.

347).

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MINAS GERAIS. Lei nº 5399, de 12 de dezembro de 1969. Autoriza a instituição de Fundação dedicada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica e social. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 13 dez. 1969, p. 5, col. 1.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PAULA, João Antônio de. FACE/ UFMG, BDMG e Cedeplar: instituições do planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais. **Nova Economia**, v. 26. n. Especial, p. 1075-1095, 2016.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, 4). p. 207-241.

VILLARINO, Leandro Vizin. A estrutura e o mercado: uma análise comparativa do Plano Trienal e do PAEG. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 2 (143), p. 372-388, abr./jun. 2016.